ESTUDOS SETORIAIS E REGIONAIS COMPARADOS¹

Dinizar Fermiano Becker²

RESUMO: Este texto apresenta uma proposta de programa de pesquisa cooperativa que tem a pretensão de responder a duas preocupações: primeira, de que os pesquisadores e gestores do desenvolvimento setorial e regional do Rio Grande do Sul trabalham isoladamente. Cada pesquisador, na sua Instituição e com sua pesquisa disciplinar, procura dar conta de um objeto de estudo cada vez mais complexo, porque resultante de múltiplas determinações. Cada gestor, na sua entidade e com suas atividades cotidianas, procura dar conta de um processo decisório cada vez mais estratégico, porque resultante de múltiplos desafios competitivos; segunda, de que os gestores do desenvolvimento não encontram dados e informações transformadas nos conhecimentos necessários para formularem estratégias de desenvolvimento setorial-regional do lugar.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento local-regional, estudos, pesquisa, estratégias, planejamento, qestão.

COMPARATIVE SECTOR AND REGIONAL STUDIES

ABSTRACT: This paper presents a proposition of a cooperative research programme that intends to answer two preoccupations: the first one is that the researchers and managers of the sectorial and regional development of Rio Grande do Sul work isolately. Each researcher in his/her own Institution, and with his/her class subject research tries to cover an object of study that is always more complex as a result of multiple determinations: Each manager, in his/her Institution and with his/her daily activities, tries to respond to a decisive process that is always more strategical because it is the result of different competitive challenges; secondly, that the managers of the development don't find data and information transformed into the demanding knowledge to work out sectorial – regional development strategies of the place.

KEY WORDS: Local-regional development, studies, research, strategies, planning, management.

1 APRESENTAÇÃO

Esta proposta de programa de pesquisa cooperativa tem a pretensão de responder a duas preocupações: primeira, de que os pesquisadores e gestores do desenvolvimento setorial e regional do Rio Grande do Sul trabalham isoladamente.

¹ Esta é uma proposta de programa de pesquisa construindo-se. Por isso, uma versão preliminar à espera de críticas, sugestões e contribuições para animar e enriquecer a discussão sobre o/e do desenvolvimento local-regional.

Doutor em Economia pela UNICAMP. Professor do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Desenvolvimento Regional e em Direito da UNISC. Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UNIVATES - Centro Universitário. Presidente do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari - CODEVAT. Presidente do Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimentos do Rio Grande do Sul - COREDES - RS.

Cada pesquisador, na sua Instituição e com sua pesquisa disciplinar, procura dar conta de um objeto de estudo cada vez mais complexo, porque resultante de múltiplas determinações. Cada gestor, na sua entidade e com suas atividades cotidianas, procura dar conta de um processo decisório cada vez mais estratégico, porque resultante de múltiplos desafios competitivos; segunda, de que os gestores do desenvolvimento não encontram dados e informações transformadas nos conhecimentos necessários para formularem estratégias de desenvolvimento setorial-regional do lugar.

De longa data, vem-se tentando articular uma rede gaúcha de pesquisadores e gestores do desenvolvimento setorial-regional. Muitas foram as intenções, poucas foram as tentativas, escassas foram as parcerias. Entre elas ganhou destaque o Projeto PRÓ-RS, que visava/visa a formular estratégias regionais pró-desenvovimento do Estado do Rio Grande do Sul. Nesse projeto, estiveram envolvidos pesquisadores das mais diversas Instituições de Ensino Superior do RS (IES-RS), dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do RS (COREDES-RS) e do Governo do Estado (METROPLAN, SCP). Uma participação que, na maioria dos casos, sempre esteve embuída do espírito comunitário de se fazer o desenvolvimento. Portanto, sempre foi voluntária e informal.

Em certo momento do trabalho, inclusive, ensaiou-se uma aproximação com a experiência Catarinense de trabalhar o desenvolvimento regional.

Muitas são as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores-gestores. Entre elas, ganham destaque as dificuldades teórico-metodológicas da interdisciplinaridade. Não se trata apenas de dificuldades na construção de interfaces comunicativas entre disciplinas, mas e principalmente, interfaces comunicativas entre disciplinas-atividades. Essas dificuldades demandam a construção de um instrumental metodológico multidisciplinar que, de um lado e ao mesmo tempo, assegure a diferença, a diversidade, a pluralidade de objetos de estudos-trabalhos, setoriais e regionais, e garanta resultados das pesquisas comparáveis entre si e, de outro lado, produza conhecimentos utilizáveis pelos gestores do desenvolvimento setorial-regional.

Diante dessas dificuldades, o desafio desta proposta de programa de pesquisa cooperativo-interinstitucional é viabilizar, por um lado, os meios (logísticos, infra-estruturais, teórico-metodológicos) para se constituir uma rede de pesquisadores-gestores do desenvolvimento setorial-regional delimitados pelas áreas de abrangência dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento; e, por outro lado, transformar dados e informações sobre o desenvol-vimento setorial-regional em conhecimento para subsidiar e qualificar o processo decisório-estratégico dos gestores do desenvolvimento setorial-regional, nos respectivos COREDEs.

Com o acirramento da concorrência intercapitalista "o conhecimento transformou-se na única vantagem competitiva sustentável no longo prazo", conhecimento que só pode ser utilizável "através das habilidades" desenvolvidas pela região. Logo, já não bastam dados sobre esse ou aquele mercado. É preciso trabalhar esses dados, transformando-os em informações utilizáveis pelos gestores do desenvolvimento setorial e regional. Conhecer as tendências desse ou daquele

mercado transformou-se em informação estratégica para os gestores e formuladores das políticas de desenvolvimento regional.

Embora esses conhecimentos sejam uma necessidade decisiva para a formulação de estratégias, no cotidiano os gestores do desenvolvimento, públicos e privados, deparam com a sua inexistência.

A inexistência dessas informações, transformadas em conhecimento, decorre de dois motivos básicos: primeiro, por incapacidade técnico-econômica dos pequenos e médios negócios ou das regiões (lugares), os quais por problemas de escala não conseguem individualmente montar e financiar equipes técnicas para transformar dados cada vez mais complexos em informações estratégicas para a gestão do negócio e/ou desenvolvimento da região (lugar).

Segundo, por ineficácia do próprio gestor do banco de dados institucional e/ou local-regional, que não se deu conta de que já não basta apenas armazenar dados. É preciso disponibilizar esses dados em indicadores de desenvolvimento, em tendências de mercado, em perfis setoriais e regionais do desenvolvimento, em cenários futuros da concorrência, enfim, em conhecimento.

Portanto, um programa de pesquisa cooperativo-interinstitucional, formulado com objetivos muito específicos de: primeiro, constituir uma rede de pesquisadores-gestores voltada para o estudo comparado das dinâmicas diferenciadas do desenvolvimento setorial e regional; segundo, transformar dados e informações em conhecimentos e tecnologias utilizáveis pelos gestores do desenvolvimento setorial-regional.

2 INTRODUÇÃO

Duas megatendências complementares e, ao mesmo tempo, contraditórias, configuram e dinamizam o desenvolvimento contemporâneo. De um lado, observa-se a crescente transna-cionalização dos espaços econômicos³. De outro lado, constata-se a decorrente regionalização dos espaços⁴ sociais⁵ (Becker,1998). Transnacionalização e regionalização são, na verdade, dois lados do mesmo processo de desenvolvimento (Beck, 1997).

No movimento do desenvolvimento econômico e com a crescente transnacionalização de espaços econômicos, ocorre a interligação de regiões (lugares) estratégicas, economicamente, para valorização do capital, principalmente,

³ Para uma discussão contemporânea dos espaços econômicos consultar: BENKO, G. . **Economia, espaço e globalização.** São Paulo: HUCITEC, 1999.

⁴ Para uma discussão dos conceitos de espaço, entre outros conceitos básicos da geografia contemporânea ver: CASTRO, I. C. ; CORRÊA, R . L. ; GOMES, P. C. C. . **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995

⁵ Para uma discussão conceitual da dinâmica espacial atual consultar: HARVEY, D. . **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993 e CASTRO, I. C. ; CORRÊA, R . L. ; GOMES, P. C. C. . **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995

conformando redes verticalizadas (Santos,1994)⁶ e, por isso, hierarquizadas, de pontos (regiões ou lugares) estratégicos aos fluxos desregulados de capitais (Tavares,1993)⁷.

Constituem-se, assim, em redes organizadas e estruturadas, segundo a capacidade técnico-econômica de cada região ou lugar (ponto na rede), em alavancar e comandar volumes crescentes de recursos financeiros, em controlar e analisar informações e em produzir e utilizar conhecimentos tecnológicos (Harvey, 1993).

Essa capacidade de orientar e direcionar fluxos financeiros, gerar e considerar cenários futuros no processo decisório presente e desenvolver habilidades de regiões (lugares), normalmente, em nossos dias, está associada à existência e/ou influência de grandes grupos econômico-financeiros, transnacionalizados.

Neste contexto hierarquizado, comandado por transnacionais (Dowbor, 1998), as redes alteram-se, modificando suas regiões ou lugares econômicos (pontos estratégicos), com muita freqüência e velocidade. Isso tudo porque "poderosas e concretas empresas transnacionais" (Dowbor, 1998, p.14) modificam suas posições na rede de acordo com seus interesses corporativos (Braga, 1997). "Dotadas de grande poder financeiro e de influência sobre a opinião de mercado, elas são na verdade formadoras de convenções, no sentido de que podem manter, exacerbar ou inverter tendências" (Belluzzo, 1997, p. 177). Dessa forma, incluindo e excluindo novas e velhas regiões, nos e dos fluxos comerciais e financeiros transnacionalizados (Braga, 1997)⁸.

Assim, a transnacionalização dos espaços econômicos leva as regiões (lugares) a se tornarem possibilidades alternativas à valorização do capital financeiro. As regiões ou lugares (pontos na rede), que assegurarem as melhores condições para a valorização do capital financeiro, transformam-se em suas bases regional-locais, uma base sempre provisória e temporária, já que o capital financeiro caracteriza-se por sua volatibilidade e mobilidade. Isso implica que, aparecendo outra região (lugar) mais em conta, mais favorável, o capital financeiro migra para essa nova região ou lugar (ponto na rede) (Becker, 1998), o que leva, segundo Thurow (1997), as regiões (os lugares) a competirem entre si, para atraírem e regionalizarem (localizarem) investimentos em seus territórios.

Nesse contexto, o próprio processo de desenvolvimento faz com que " regiões tenham agora de concorrer entre si para firmar posições nos fluxos globais,

⁶ "... verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas de processos sociais"(p. 16).

⁷ Viabilizados pela "crescente liberalização dos movimentos de capitais entre as principais praças de negócios" (Belluzzo,1997, p.152), constituindo, assim, "uma práxis privada e pública de cunho liberalizante e estimuladora da especulação"(Braga, 1997, p. 201), o que leva à financeirização da riqueza global (Braga,1997).

⁸ Basta observar o que ocorreu na Ásia nos tempos recentes, em que 'tigres' viraram 'gatos' da noite para o dia, ou o que aconteceu com as economias ditas emergentes, imergiram da noite para o dia ou do dia para a noite, tanto faz, frente ao turbilhão especulativo.

ou ficarão fora dos fenômenos mais dinâmicos" (Kumar,1997,p.165) do desenvolvimento contempo-râneo.

Já no movimento do social e com a crescente regionalização dos espaços sociais, ocorre a interligação de áreas (regiões) contíguas, necessárias socialmente para a produção e reprodução da vida humana, num primeiro plano, e da vida em geral, num segundo plano, principalmente, configurando relações horizontalizadas (Santos,1994)¹⁰ e, por isso, relações de cooperação entre os agentes regionais do desenvolvimento, tendo em vista a reprodução social (cultural) e ambiental (natural) do lugar/local (comunidade, municipalidade, região, estado, nação) em seu conjunto.

Com a regionalização da reprodução social e ambiental do lugar, os interesses do capitalismo "pelas particularidades do local, localidade, heranças e história coincidem com a renovação global do reconhecimento, pelo capitalismo, da importância do local" (Kumar,1997, p.197), da região, para a produção da sobrevivência humana. "Tal fato não se choca, ao contrário, complementa a tendência do capitalismo, em sua fase global, de comprimir e unificar o espaço" (Kumar,1997, p.107). É esse "encurtamento do espaço que põe em concorrência comunidades diferentes em todo o globo" (Harvey,1993, p.271).

"Esse fenômeno teve como um de seus efeitos, inesperadamente, a renovada importância do local e uma tendência para estimular culturas (...) regionais" (Kumar, 1997, p.132), e abre caminhos para a "participação social no processo de decisão e construção regional, garantindo a adaptação rápida às constantes mudanças provenientes do dinamismo global" (Leite,1994, p. 26). Termos como cooperação, participação, parceria, consórcio, integração, ao lado de outros como diferenciação, diversificação, pluralização passam a fazer parte do discurso dos agentes regionais (econômicos, sociais, políticos) do desenvolvimento (Becker, 1996). E isso é funcional ao sistema, já que "a criação de um espaço global abstrato, homogêneo, gera um impulso contrário para a localização, diferenciação e a diversidade" (Kumar,1997, p.197). Com isso, abre-se a possibilidade concreta para a existência e coexistência competitiva de múltiplos modelos de desenvolvimento regional (Becker, 1998).

Parafraseando Touraine (1996), só os movimentos regionais fortes e autônomos são capazes de resistir à dinâmica econômico-corporativa de financeirização da riqueza, simultaneamente desintegradora e transnacionalista, e

_

⁹ Diante dessa dinâmica ou dessa lógica, não restam muitas opções às comunidades regionais (aos múltiplos lugares). Normalmente, os agentes do desenvolvimento regional reagem de forma passiva, sendo submissos à dinâmica do sistema, aceitando as oportunidades decorrentes dessa nova divisão internacional do trabalho, definidas pelo próprio processo de transnacionalização dos interesses econômicos corporativos financeirizados. É a tal da dependência submissa. Ou uma abertura, para fora, subordinada, ou, ainda, uma articulação externa subordinada à dinâmica do capital financeiro. Nessa forma de reação, a única possibilidade de se desenvolver uma determinada região (ponto na rede) é servir aos interesses dos conglomerados, transnacionalizados, concedendo-lhes todo tipo de facilidades. É a velha e surrada fórmula de se fazer desenvolvimento, concentrando investimentos e renda e, assim, gerando crescentes desequilíbrios regionais e desigualdades sociais (Becker, 1998).

 $^{^{10}}$ "As horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos, reunidos por uma continuidade territorial...".(p. 16)

de conquistar uma autonomia real à produção e reprodução social (cultural) e ambiental (natural) da região (do lugar). Só dessa forma, uma nova ou renovada importância pode ser atribuída ao regional (local) (Kumar, 1997).¹¹

3 TEMA DO PROGRAMA DE PESQUISA COOPERATIVO-INTERINSTITUCIONAL

Dessa maneira, renascem as condições concretas para a existência e coexistência competitiva de múltiplos modelos de desenvolvimento regional (Becker, 1998).

Por um lado, surge a necessidade e com ela os elementos determinantes de uma região (lugar) econômica articulada de forma especializada, setorializada, verticalizada e hierarquizada pelos interesses econômico-corporativos transnacionalizados da reprodução do capital financeiro. Nessa condição, é uma região (lugar) economicamente determinada na rede mundial de valorização do capital.

Por outro lado, surge a possibilidade e com ela os elementos desafiantes de uma região (lugar) social e ambiental auto-articulada de forma espacializada, regionalizada, horizontalizada e contigualizada pelos interesses regionais (locais) de reprodução da vida. Enquanto tal, é uma região (lugar) social e ambiental auto-determinada pelo processo de regionalização da valorização da vida.

É essa necessidade-possibilidade¹² constituidora desse "novo" lugar (região) de desenvolvimento setorial-regional resultante: de um lado e setorialmente, da dinâmica econômica-corporativa de valorização do capital e, de outro lado e regionalmente, da dinâmica socioambiental de valorização da vida que se propõe como tema do Programa de Pesquisa Cooperativo-Interinstitucional – Estudos Setoriais e Regionais comparados.

4 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DO PROGRAMA DE PESQUISA

Ao ressuscitar o lugar, econômica e socialmente, o sistema capitalista recupera o espaço para o diferente, o diverso, o plural, o heterogêneo. Em outros termos, abre espaço para a competição inter-regiões (interlugares) e, assim, para a regionalização do desenvolvimento contemporâneo (Becker, 1997a e 1996b).

Ocorre que, ao devolver às comunidades regionais (locais) os desafios de gerar por si sós as condições para a reprodução da vida, o sistema capitalista também devolve a possibilidade de que aflorem múltiplos modelos de desenvolvimento regional (local), e, com isso, a necessidade de que cada região (lugar) organize e estruture o seu próprio modelo de desenvolvimento diferenciado e diferenciador.

¹¹ Isso pode assegurar as bases para uma inserção independente, diferenciada e diferenciadora, ou garantir as condições para uma articulação autônoma, porque de acordo com um projeto socioambiental próprio e específico de uma determinada região (lugar).

¹²Determinantes-desafios constituidores desse "novo" lugar.

Nesse contexto, os múltiplos processos de desenvolvimento organizam-se e orientam-se pelas necessidades e interesses locais, fundados e fundamentados na capacidade autônoma de articulação interna dos agentes regionais do desenvolvimento e na capacidade de articulação autônoma dos interesses socioambientias regiona-lizados com os interesses econômico-corporativos globalizados (Becker, 1993).

Diante dessa nova necessidade, algumas regiões (lugares) conseguem construir seu modelo de desenvolvimento, outras, não. Algumas regiões (lugares) conseguem desenvolver suas potencialidades, outras só conseguem aproveitar as oportunidades decorrentes da dinâmica global de desenvolvimento. Terceiras conseguem combinar eficientemente o desenvolvimento de suas potencialidades com o aproveitamento eficaz das oportunidades oferecidas pelo processo de desenvolvimento global. Quartas não conseguem nem uma e nem outra, e tendem a desaparecer enquanto região (lugar) socioambiental e/ou lugar (região) econômico-corporativo de desenvolvimento.

Frente a essa realidade, ficam as seguintes questões: primeira, por que as dinâmicas do desenvolvimento setorial-regional são tão diferenciadas de uma região para outra? E, segunda, quais são os elementos possibilitadores e/ou limitadores dessas ações-reações-ações tão diferentes, diversas e plurais das regiões (dos lugares)?

Na condição de sujeitos do processo decisório-estratégico de desenvolvimento do lugar, os agentes setoriais e regionais deparam-se com a necessidade de formular estratégias próprias de desenvolvimento, estratégias que combinem o sócio-ambiental com o econômico-corporativo, e estratégias que articulem os agentes locais e seus interesses em torno de um projeto próprio de desenvolvimento do lugar (local, região). Diante dessa nova necessidade, algumas regiões(lugares, localidades) conseguem articular-se, econômica e socialmente, e formular políticas estratégicas próprias de desenvolvimento, outras não.

Diante desse fato inquestionável ficam as perguntas: por que algumas regiões (lugares) conseguem e outras não conseguem desenvolver seu modelo próprio e específico de desenvolvimento? E mais, por que algumas regiões (lugares) conseguem articular os interesses locais (sociais e ambientais) regionalmente e inseri-los na dinâmica global de desenvolvimento, articulando os interesses socio-ambientais regionalizados aos interesses econômico-corporativos transnacionalizados?

5 OBJETIVOS

5.1 Objetivos do Programa de Pesquisa Cooperativo-Interinstitucional.

5.1.1 Objetivos gerais

- viabilizar interfaces comunicativas entre disciplinas-atividades, através da construção de um instrumental teórico-metodológico que, ao mesmo tempo, assegure, por um lado, a pesquisa multidisciplinar das dinâmicas diferenciadas do processo de desenvolvimento setorial-regional nas regiões; e, por outro lado, resultados das pesquisas comparáveis entre si.

- identificar e analisar os elementos diferenciadores das várias formas de articulação dos interesses socioambientais regionalizados de produção e reprodução da vida e desses com os interesses econômico-corporativos transnacionalizados de produção e reprodução do capital financeiro;
- transformar dados e informações em conhecimento sobre as dinâmicas diferenciadas de desenvolvimento regional do lugar;
- produzir conhecimentos comparados de diferentes lugares socioambientais e de diferentes lugares econômico-corporativos para subsidiar, qualificar e viabilizar processos decisório-estratégicos de construção do modelo próprio e específico de desenvolvimento setorial e regional de um determinado lugar.

5.1.2 Objetivos específicos

- identificar e comparar tendências e contratendências de desenvolvimento setorial e regional;
- elaborar indicadores socioambientais, econômico-corporativos, político-institucionais comparados do desenvolvimento setorial e regional;
 - traçar perfis comparados de desenvolvimento setorial e regional;
 - projetar cenários comparados de desenvolvimento setorial e regional;
 - produzir *papers* temáticos;
- incentivar e possibilitar a iniciação científica no tema, envolvendo alunos da graduação e pós-graduação nos trabalhos

5.2 Objetivos da Rede de Estudos e Planejamento do Desenvolvimento Regional

5.2.1 Objetivos gerais

- estruturar e viabilizar a Rede Interinstitucional de Estudos e Planejamento do Desenvolvimento Regional;
- criar e manter periódico interinstitucional para divulgar os resultados e trabalhos da pesquisa, denominado ESCORES;
- organizar e publicar livros com os melhores trabalhos resultantes da pesquisa;
- promover periodicamente jornadas interinstitucionais de avalição da REDE e apresentação e discussão dos resultados e dos trabalhos resultantes da pesquisa, intituladas JORNADAS DE ESTUDOS SETORIAIS E REGIONAIS COMPARADOS;
- oferecer regularmente oportunidades de treinamento profissional e de formação de lideranças comunitárias do desenvolvi-mento.

5.2.2 Objetivos específicos

- criar e viabilizar os Núcleos (Nós) de Estudos e Planejamento (NEPs), reunindo os pesquisadores-gestores do desenvolvimento regional em Núcleos

Regionais por COREDES – NEP Alto Jacuí, NEP Campanha,... . Ao todo seriam 22 NEPs, ou em igual número de COREDES.

- organizar os Núcleos (Nós) de Estudos e Planejamento (INTERNEPS), reunindo os pesquisadores-gestores do desenvolvimento regional e agregando os Núcleos Regionais em Núcleos Macrorregionais por Macrorregião dos COREDES: INTERNEP SUL, INTERNEP NORTE e INTERNEP NORDESTE.

- viabilizar um Núcleo (Nó) estruturante-dinamizante da Rede, Núcleo de Estudo e Planejamento REDENEP-RS, reunindo pesquisadores-gestores do desenvolvimento regional e agregando os Núcleos Regionais e Macrorregionais em um Núcleo Estadual. - interligar a Rede Gaúcha de pesquisadores-gestores do desenvolvimento à Rede Catarinense de Pesquisadores-Gestores do Desenvolvimento Regional.

6 JUSTIFICATIVAS DO PROGRAMA DE PESQUISA

O processo de desenvolvimento contemporâneo, ao mesmo tempo que centraliza e transnacionaliza a reprodução ampliada do capital, descentraliza e regionaliza a reprodução social da vida. Com efeito, ao mesmo tempo que provoca a abertura para fora, provoca uma abertura para dentro. Resulta desse processo uma relativa desestruturação das macroestruturas (...) e uma necessária reestruturação das microestruturas locais (regionais) (Kumar, 1997). Em decorrência, abre-se a possibilidade concreta "de uma autodestruição criativa para toda uma" (Beck, 1997, p.12) região.

Abre-se, assim, caminho para a existência de múltiplos modelos de desenvolvimento. Segundo Beck (1997, p.27), hoje não há um só modelo de desenvolvimento, mas vários modelos, dando forma e conteúdo a uma tendência de passagem das megadecisões, das macropolíticas, dos grandes projetos de desenvolvimento, como forma predominante para uma crescente participação das micro e mesodecisões, micro e mesopolíticas e dos pequenos e mesoprojetos, que levam à definição e constituição de múltiplas formas de inserção subordinada ou autônoma de cada lugar no processo global de desenvolvimento (Becker, 1998).

Nessas condições, a geografia dos gostos, dos desejos, das fantasias, das culturas, das economias, das políticas, das tecnologias, dos ambientes diferenciados, diversificados e plurais tornam-se orgânica e dinamicamente a mola propulsora, sob o comando do capital financeiro, do novo padrão¹³ de desenvolvimento que se desenha e se avizinha (Becker, 1998). Enquanto padrão de desenvolvimento, impõe limites e gera desafios muito objetivos e concretos para as regiões (aos lugares), diante do que já não basta o pensar global e o agir local (Stroh, 1995). É preciso ir além, pensar local e agir globalmente. É preciso seguir à risca a assertiva tolstoniana "conhece tua aldeia e serás global".

Para se pensar local e agir globalmente, é preciso existirem informações transformadas em conhecimento sobre e para o desenvolvimento da região (do

¹³ Sobre conceito de padrão utilizado nesse texto consultar: MATTOSO, J. E. L. . A desordem do trabalho. São Paulo: Página Aberta, 1995. Cap. II, especialmente p. 62 e segs.

lugar), tendo em vista que as regiões (os lugares) nessa nova condição deixam de ser versões locais do desenvolvimento nacional, para adquirirem uma dinâmica própria e específica, com o que acabam adquirindo especificidades próprias que passam a exigir teorias, também próprias, para explicar e compreender o desenvolvimento do lugar (Haddad, 1993).

Isso tudo torna-se mais verdadeiro tendo presente que "com tudo o mais saindo da equação competitiva, o conhecimento tornou-se a única fonte de vantagem competitiva sustentável a longo prazo" (Thurow, 1997, p. 104) da região (do lugar), conhecimento que "pode ser empregado somente através das habilidades" (Thurow, 1997, p. 104) de articulação dos agentes local-regionais, sujeitos diretos e legítimos do processo de desenvolvimento da região (do lugar).

Portanto, o que justifica a linha de pesquisa cooperativainterinstitucional, é a necessidade contemporânea dos agentes do desenvolvimento de pensar, formular e executar projetos diferenciadores e alternativos de desenvolvimento setorial e regional. Para tanto, os pesquisadores precisam identificar e analisar os múltiplos determinantes do processo de desenvolvimento setorial-regional nas regiões coredianas. Já que os gestores precisam de conhecimentos sobre o processo de desenvolvimento, em geral e sobre o seu em particular, e de instrumentos e tecnologias para formular e executar estratégias pródesenvolvimento setorial- regional.

7 HIPÓTESES DO PROGRAMA DE PESQUISA

Acompanha a transnacionalização dos espaços econômicos e a regionalização dos espaços sociais todo um processo de flexibilização das relações de poder, configurando um processo de descentralização política em direção ao reconhecimento da existência de múltiplos sujeitos do processo de desenvolvimento (Touraine, 1996). Trata-se, na verdade, de se pensar a nossa realidade, através do "diferencial" (Goldman, 1994, p.29).

Decorre dessa nova dinâmica do desenvolvimento contemporâneo toda uma necessidade de desconstrução do antigo padrão de desenvolvimento e a possibilidade de uma reconstrução de acordo com um novo padrão, fundado no múltiplo, no diverso, no diferente, no plural.

Nessa transição, diversificar, diferenciar, pluralizar transformaram-se em pressupostos e objetivos viabilizadores de inserções diferenciadas e diferenciadoras, portanto, alternativas dos múltiplos lugares no processo de desenvolvimento global. Assim, abre-se espaço para as histórias locais, as tradições do lugar, enfim, para os desejos e fantasias localizados não só no sentido poético, como se pode à primeira vista pensar, mas para colocar em concorrência os múltiplos lugares, com o que a valorização do capital financeiro é acelerada no tempo e no espaço, transformando as regiões (os lugares) em espaços alternativos para a valorização do capital financeiro (Becker, 1996b).

A possibilidade de que aflorem e coexistam múltiplas regiões (múltiplos lugares) de desenvolvimento é uma realidade decorrente do próprio processo de transformação do sistema capitalista e é funcional ao mesmo. Enquanto tal, muito antes de ser uma possibilidade, é uma necessidade do próprio sistema, uma vez

que, ao mesmo tempo em que com uma mão transnacionaliza e homogeneiza, com outra mão regionaliza e heterogeneiza e com as duas mãos flexibiliza e recria a competição dos sujeitos, no tempo e no espaço, do processo de desenvolvimento, renovando as funções e os papéis da região (do lugar).

É a partir dessa competição que se cria a necessidade e a possibilidade do espaço para o diverso, o diferente e o plural, o que traz à tona outros aspectos da vida humana (cultural, natural, ético-moral), além do econômico-material (Becker, 1998).

Como muito bem coloca Leite (1994), aos muitos lugares (as muitas regiões) e elementos, que compõem o processo de desenvolvimento, são atribuídos valores específicos que mudam constantemente a evolução dos padrões culturais. Esses estão, por sua vez, fortemente enraizados nos processos naturais de cada lugar (de cada região), isto é, a natureza e a cultura juntas, como processos interagentes, é que conferem forma e individualidade aos lugares (as regiões). Enfim, conformam o próprio e o específico do lugar (da região), distinguindo-o do geral e dos seus singulares.

Com efeito, abre-se a possibilidade para se reconhecer e conferir autonomia às diferentes formas de organização das comunidades local-regionais e de suas formas de inter-relaci-onamento (Stroh, 1995).

Nesse contexto, dois elementos fundamentais retornam à mesa das decisões do processo de desenvolvimento: o cultural e o natural. O cultural, produto das relações dos homens entre si e dos homens com a natureza do local, e o natural transformam-se nos elementos possibilitadores ou limitadores de um desenvolvimento diferenciado do lugar. Cada processo de desenvolvimento específico resulta da produção material (relação homem-natureza), da produção cultural (relações homens entre si) e da produção ideológica (relações de poder), também específicas (Becker, 1997b).

São essas especificidades das características (culturais, naturais, éticoideológicas) da região que passam a conferir identidade ao lugar (à região) (Stroh, 1995).

Portanto, cultura, natureza e valores ético-morais transformaram-se nos elementos possibilitadores 14 e/ou limitadores 15 de um desenvolvimento diferenciador e alternativo do lugar.

Na verdade, a existência desses elementos são a condição necessária, mas não suficiente para desenvolver qualquer região (lugar), já que as novas condições de reprodução do capital exigem de setores e regiões que queiram se fixar competitivamente alterações na sua estrutura e formas de competição para se adequarem aos novos padrões de concorrência decorrentes. Nesse contexto de concorrência intercapitalista, as regiões (os lugares) transformam-se em pontos

_

¹⁴Isso "porque possibilitam mudanças na vida socioeconômica regional por sua própria iniciativa e não porque lhe foram impostas de fora" (Schumpeter, 1985, p. 47).

¹⁵Quando presos à tradição transformada em vocação. Na condição de vocação, à tradição transforma-se em incapacidade de inovar, impossibilitando o desenvolvimento.

estratégicos na rede mundial de valorização financeira do capital. Em outras palavras, transformam-se em alternativas ao processo de valorização do capital financeiro transnacionalizado (Becker, 1997b).

Na condição de alternativa configurada e conformada pelo processo de valorização, cabe às regiões (aos lugares) configurarem e conformarem ambientes econômicos favoráveis e atrativos aos capitais transnacionalizados. Por esse caminho, as regiões (os lugares) transformam-se em reféns do processo de valorização do capital transnacionalizado (Becker, 1996).

Portanto, a possibilidade de que aflorem novos modelos de desenvolvimento é uma realidade decorrente do próprio sistema capitalista (Becker, 1997b), e, ao mesmo tempo, abre a possibilidade, a condição suficiente, para se pensarem alternativas de desenvolvimento da região (do lugar), fundadas na diferenciação social, na diversificação econômica e na pluralidade político-ideológica, intra-região e inter-regionalmente, com o que se colocam dois desafios para os agentes do desenvolvimento da região (do lugar): primeiro, sair de uma ação passiva para uma ação ativo-criativo-inovativa¹⁶; segundo, tomar a diferença, a diversidade, a pluralidade como pressuposto e objetivo do projeto de desenvolvimento da região (do lugar)¹⁷.

Nessa concepção, a cooperação (participação, parceria, consórcio, integração) transforma-se em valor, meio e fim da articulação dos agentes regionais do desenvolvimento da região (do lugar), além de possibilitar às bases uma articulação autônoma dos interesses socioambientais regionalizados com os interesses econômico-corporativos transnacionalizados. Em outros termos, viabiliza a construção de um projeto próprio e específico de desenvolvimento da região (do lugar) e possibilita a inserção diferenciada da região (do lugar) no processo de desenvolvimento global.

8 PROPOSTA DE INSTRUMENTAL TEÓRICO-METODOLÓGICO DO PROGRAMA DE PESQUISA

Poder-se-ia dizer, sobrepondo, para não dizer contrapondo, o que seria muita pretensão, a nossa forma de pensar a contemporaneidade ao mestre (Bobbio,1995). Ele diz, em outras palavras, que o processo de desenvolvimento contemporâneo não pode mais ser visto como a busca de espaço entre dois opostos: capital x trabalho, econômico x social, globalização x regionalização, ou como nos tempos da guerra fria, capitalismo x socialismo, quando cada local que privilegiasse um ou outro lado da disputa não eliminava o conflito, mas contribuía para que os opostos se distanciassem, impedindo que se tocassem e que entrassem em choque, ou impediam a alternativa seca, ou capitalismo ou comunismo, impossibilitando um terceiro caminho.

¹⁶ No sentido que lhe atribui Schumpeter (1985, p. 50) o "desenvolvimento consiste primariamente em empregar recursos diferentes de uma maneira diferente... provocando novas combinações".

 $^{^{17}}$ Trata-se de pensar e realizar o desenvolvimento do lugar através do diferencial, como afirma Goldmann, já citado.

Ocorre o contrário com o desenvolvimento atual, pois este tende a ir além dos dois opostos e a englobá-los numa síntese superior e, portanto, anulando-os enquanto opostos. Em outros termos, ao invés de duas totalidades, de dois processos, desenvolvimento global e desenvolvimento local, que se excluem mutuamente e não são, como frente e verso da medalha, visíveis simultaneamente, faz deles duas partes de um todo, de uma totalidade dialética.

Serão essas duas dimensões, o global (o abstrato, o homogêneo) e o local (o concreto, o heterogêneo), complementares e só aparentemente contraditórias, que configuram e dinamizam o desenvolvimento contemporâneo?

Essa forma de perceber o processo de desenvolvimento se distingue da totalidade mecânica, na qual o todo deriva tanto da combinação de partes componíveis, e componíveis porque compatíveis quanto da totalidade orgânica, na qual as partes singulares estão em junção do todo, e, portanto, não são antitéticas entre si, mas convergentes para o centro?

Em nosso entender, o processo de desenvolvimento contemporâneo vai além dessas concepções. Caracteriza-se por ser resultado da síntese de dois processos: um, o de transnacionalização dos espaços econômicos (globalização), que pode ser considerada, em tese, como sendo a direção econômico-corporativa do desenvolvimento, uma hegemonia exercida de fora para dentro e de acordo com os interesses econômico-corporativos, transnaciona-lizados e financeirizados ou financeirizados e transnacionalizados; outro, o de regionalização dos espaços sociais (localização), que pode ser considerada, em antítese, como sendo a reação socioambiental do desenvolvimento, uma contra-hegemonia, exercida de dentro para fora e de acordo com os interesses sociais e ambientais dos agentes do desenvolvimento do lugar. Portanto, dois processos, movimentos contrários e opostos.

Na verdade, a síntese só será real e, portanto, possível, se emergir do processo um modelo próprio e específico de desenvolvimento do lugar. Em outros termos, a síntese resultará da capacidade dos agentes regionais (econômicos, sociais, políticos) em articular os interesses locais em interesses socioambientais regionalizados e, sobre essa articulação construir um modelo próprio e específico de inserção diferenciada do local no desenvolvimento global, subordinando, ou melhor, atrelando os interesses econômico-corporativos transnacionalizados aos interesses socioambientais regionalizados.

Em tese, pode-se dizer que, por um lado, existe um movimento geral de globalização, que se caracteriza pelo primado do econômico, considerando os demais aspectos da vida humana como meio. Nesse processo de transnacionalização do econômico, a direção está nas mãos dos grandes conglomerados e é liderado pelos países do primeiro mundo, principalmente, EUA. Esse conjunto de países e de conglomerados econômico-financeiros dão uma determinada lógica e dinâmica ao

¹⁸ Consultar a esse respeito a **Coleção Zero à Esquerda** da Vozes, coordenada por Paulo Eduardo Arantes e Iná Camargo Costa. E especialmente consultar o volume organizado por Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori: Poder e dinheiro –Uma economia política da globalização.

processo de valorização do capital, que se objetivam em padrões de concorrência¹⁹ ou de competitividade para o mundo, e, enquanto tal, configuram tendências do desenvolvimento contemporâneo.

Essas tendências, segundo alguns estudiosos, ²⁰ acabam se transformando em determinantes globais para as formas de desenvolvimento locais. É com base nessas tendências globais que muitos pesquisadores e analistas de mercado fazem suas críticas e avaliações do desenvolvimento local-regional, seguindo uma metodologia marxiana-habermasiana de criticar o particular pelo universal (Lash, 1997, p.165). É o tal de pensar global e agir local, conforme prega Stroh.

Metodologicamente, estes estudos desenvolvem-se tendo por base três momentos: num primeiro momento, procuram identificar as tendências globais; num segundo momento, com base nessas tendências globais, buscam radiografar/diagnosticar o desenvolvi-mento local; num terceiro momento, fundamentados no diagnóstico, procuram formular estratégias de desenvolvimento, propor alternativas de desenvolvimento do local, sugerir linhas de ação.

São estudos tipicamente econômicos e setoriais, que analisam o local a partir da dimensão econômica e de uma forma setorializada. São exemplos desse tipo de trabalho: *Made in América, Coordenado por Solon, Made in France* Coordenado por Coriat ou *Made in Brazil* coordenado por Coutinho e Ferraz. Todos partem do econômico e do setor em geral para analisar o particular. Portanto, fazem a crítica do local pelo global.

Ficam evidentes as limitações desses estudos, pois, ao partirem da dimensão econômico-corporativa do desenvolvimento, analisam o local com o foco do global, concebendo o processo de desenvolvimento com um sentido único de determinações: do global para o local, do econômico-corporativo para o socioambiental, como se existisse um único modelo de desenvolvimento, uma única receita para se desenvolver um determinado lugar. Ou, como se fosse possível homogeneizar o processo de desenvolvimento, igualar a forma e o conteúdo dos desenvolvimentos.²¹

Em antítese, pode-se dizer que, por outro lado, existe um movimento geral de regionalização socioambiental que se caracteriza: primeiro, pela defesa dos recursos culturais e ambientais (naturais); e, segundo, pela busca de alternativas socioambientais para sobreviver ao processo de globalização. Num primeiro momento, as iniciativas dos agentes do desenvolvimento caracterizam-se pela resistência, pela defesa dos interesses sócioambientais regionalizados. Num

_

¹⁹ Ver a respeito desse conceito e do processo de concorrência intercapitalista contemporânea, duas obras: COUTINHO, L., FERRAZ, J. C. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**. Campinas: Papirus, 1994, e FERRAZ, J. C. *et al* . **Made in Brazil**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

 $^{^{20}}$ Nesse grupo de estudiosos encontram-se aqueles pesquisadores que discutem a questão da competitividade das economias local-regionais, do desenvolvimento local-regional.

²¹ Ver a esse respeito: IANNI, O. **A sociedade global** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, p. 80 e segs. Ali o autor demonstra exatamente o contrário – o quão desigual e desequilibrador é o desenvolvimento atual.

segundo, poderão ocorrer, dependendo da tradição de cada lugar, ações ativas e cooperadas dos agentes local-regionais.

Esse processo de regionalização socioambiental, fundado na cooperação²² entre os agentes do desenvolvimento da região (do local), define, por conseqüência, a capacidade de articulação autônoma dos interesses socioambientais regionalizados e desses com os interesses econômico-corporativos transnacionalizados.

É nesse desabrochar dos interesses socioambientais regionalizados que afloram as diferenças culturais e as diversidades ambientais como vantagens e trunfos dos múltiplos espaços e escalas geográficas. E, enquanto vantagens e trunfos, transformam-se em potencialidades diferenciadas e diferenciadoras do processo de desenvolvimento local-regional. Cultura e natureza juntas, tornam-se os elementos fundantes da sabedoria de articular a autonomia decorrente da diferença e da diversidade com a unidade da comunidade regional. Assim, o cultural e o natural, ao mesmo tempo em que são elementos diferenciadores e diversificadores dos desenvolvimentos local-regionais, são os elementos agregadores, identificadores de uma comunidade regional, tornando-a singular.

Essa nova realidade, como uma nova racionalidade do sistema capitalista, abre a possibilidade para o surgimento de novas e diversas utopias, com o que geram-se as condições concretas para a coexistência de múltiplos modelos de desenvolvimento. Essa diversidade de processos de desenvolvimento orienta-se pelos interesses socioambientais regionalizados, configurando e conformando contratendências funcionais ao desenvolvimento global.

Essas contratendências, segundo alguns estudiosos²⁴, acabam transformando-se nos desafios locais de inserção das regiões no desenvolvimento global. É com base nessas contratendências locais que determinados pesquisadores e analistas fazem suas críticas e avaliações do desenvolvimento contemporâneo, seguindo uma metodologia nietzscheriana-adorniana de analisar o universal pelo particular (Lash, 1997), seguindo à risca a premissa tolstoniana, que diz "conhece tua aldeia e serás global." Como defende Haddad (1993), cada região específica precisa, necessita de teorias próprias para explicar o seu processo singular de desenvolvimento.

Metodologicamente, esses estudos compreendem três fases distintas na sua elaboração: primeira fase, faz-se uma descrição, uma caracterização do desenvolvimento local-regional; segunda fase, sobre essa e com essa descrição do local faz-se a análise da caracterização, com o que se produz um conhecimento do desenvolvimento local-regional, criticando o desenvolvimento global; terceira fase,

²² Compreende a participação, a parceria, o consórcio, a integração, dos e entre os agentes do desenvolvimento local-regional. Para uma discussão mais aprofundada dessa questão, consultar Becker, 1996a, p. 22 e 23.

²³ Para uma melhor discussão dessa proposição, consultar: Becker, 1993, p.129 e segs e Becker, 1997 b, p. 62 e segs e 1996b, p. 56 e segs.

 $^{^{24}}$ Nesse grupo de estudiosos encontram-se aqueles pesquisadores que discutem a questão da sustentabilidade do desenvolvimento.

uma vez identificadas e analisadas as contratendências, o passo seguinte será propor as correções de rota do desenvolvimento local-regional, linhas de ação para as comunidades local-regional, alternativas de inserção da economia local-regional no processo de desenvolvimento global.

Embora, comparativamente, pareça mais racional com o foco do local analisar o global, na verdade, esses estudos sofrem de um vício de origem, de uma miopia, pois, ao partirem do particular, não conseguem visualizar toda a complexidade do desenvolvimento contemporâneo. Além disso, enfrentam as limitações da inexistência de instrumentais técnicos e metodológicos para se fazerem análises qualitativas do desenvolvimento local-regional, como , por exemplo, a construção de "indicadores" sociais ou ambientais qualitativos. São estudos que deveriam trabalhar exaustivamente a dimensão qualitativa do desenvolvimento, relativizando a dimensão quantitativa, mas, para tanto, faltamlhes ferramentas.

Como se pode deduzir do exposto, as duas correntes de estudo mantêm um certo paralelismo, compondo uma via de mão dupla cujas pistas estão separadas por um canteiro central, impedindo e impossibilitando que as duas dimensões do desenvolvimento contemporâneo, global e local, se cruzem e intercruzem, ou seja, isolem e analisem os determinantes econômico-corporativos separadamente dos desafios socio-ambientais do desenvolvimento atual.

Ao conceberem a transnacionalização e a regionalização como processos distintos, o econômico e o social como duas esferas separadas, os estudos caem na vala comum dos universalismos²⁵ ou dos particularismos²⁶. Enquanto tais, são estudos metodologicamente parciais, pois tanto um quanto outro grupo de estudos têm um único sentido de determinações do desenvolvimento: do universal para o particular ou do particular para o universal.

O que aqui se defende é que já não é mais possível tão- somente pensar global e agir localmente. É preciso, também, pensar local e agir globalmente. Ou melhor, já não basta conhecer o local para ser global. É preciso, ao mesmo tempo, conhecer o global para ser local. Isto significa que já não basta estudar tão-somente a transnacionalização econômico-corporativa, a competitividade do desenvolvimento²⁷. É preciso, ao mesmo tempo, estudar a regionalização sócio-ambiental, a sustentabilidade do desenvolvimento²⁸. **Como fazer isso? Eis a questão!**

_

²⁵ São exemplos clássicos dessa dificuldade histórica as velhas teorias do colonialismo, imperialismo e, em menor escala, a teoria da dependência, mas nem por isso menos importante.

²⁶ São exemplos clássicos, desses extremismos de direita e de esquerda, as mais diversas formas de localismos, regionalismos, nacionalismos, tenham eles motivos religiosos, étnicos, políticos ou ideológicos. Muitos já morreram (milhões de judeus, armênios soviéticos, kosovares) outros continuam morrendo, em decorrência de determinados dogmas "científicos".

²⁷ Mais detalhes sobre esse tema, consultar: BECKER, D. F.(org.).**Competitividade:** o (des)caminho da globalização. Lajeado: FATES, 1998.

²⁸ Para uma discussão mais aprofundada do tema, consultar: BECKER, D. F. (org.). **Desenvolvimento Sustentável:** Necessidade e/ou Possibilidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

Metodologicamente, dois outros autores podem ajudar: Karl Polanyi 29 e Antonio Gramsci 30 .

Polanyi, discutindo a grande transformação ocorrida no século XIX, demonstra, por um lado, como o primado do econômico e a crença no mercado capitalista auto-regulável levaria inevitavelmente à autodestruição da civilização³¹. Sua tese é de que o mercado auto-regulável não passa de uma recatada utopia. "Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto" (1980, p.23).

Para evitar a "autodestruição da civilização", necessariamente, "a sociedade teria que tomar medidas para se proteger"(p.23)³². A autoproteção da sociedade recolocaria a possibilidade do controle "da devastação social de um sistema incontrolado, a economia de mercado". E, com isso, a sociedade estaria reafirmando, pelas suas próprias condições e pelas suas próprias necessidades, os valores essenciais da vida humana³³.

De um lado, Polanyi demonstra como a lógica econômica, deixada ao livre arbítrio do mercado capitalista auto-regulável, provocaria a devastação da vida humana. De outro, defende a necessidade da autoproteção social, a legítima defesa da sociedade, através da regulação social dos mercados³⁴. Embora Polanyi tenha andado no sentido de constatar o contraditório e a complemen-tariedade do movimento do econômico e do contramovimento do social, é com Gramsci que a esfera da política entra como mediação³⁵ e, em conseqüência, como esfera-espaço

²⁹ POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

³⁰ GRAMSCI, A., Especialmente em seus escritos da prisão, Quaderni del Carcere. Torino: Enaudi, 1975

³¹ Essa autodestruição, na compreensão de Schumpeter (1985, p.47), seria "construtiva" quando não imposta de fora mas surgindo de dentro da economia local-regionalizada, sendo um fator de mudança, um fator de desenvolvimento regional. Nesse sentido, segundo Beck (1997, p. 12), seria uma "autodestruição criativa" para toda uma região.

³² Os múltiplos nacionalismos, decorrentes da 1ª grande crise do sistema capitalista no último quartel do século XIX, são exemplos desse processo, pois acabaram-se transformando em protecionismo, fato que, segundo alguns, levou à 1ª e à 2ª Guerra Mundial.

 $^{^{33}}$ Essa referência foi buscada na apresentação do livro de Polanyi.

³⁴ Mesmo que os termos analíticos propostos por Polanyi tivessem como objeto de estudo as grandes transformações econômicas e sociais do século XIX, sua proposta metodológica possui um rasgo de contemporaneidade. Nada parece mais atual do que observar no desenvolvimento atual duas ordens de determinações: uma ordem definida pelo primado do econômico, devastando nações e regiões; outra, perseguidas pelas sociedades regionais e nacionais, reagindo à devastação e buscando autoproteção de suas sociedades.

³⁵ Autores contemporâneos como Buarque (1990, 1991 e 1992); Santos (1996); Beck (1997); Thurow (1997); Kumar (1997); Touraine (1994 e 1996); Genro (1997); Boisier (1996); Demo (1996); Fischer (1996); Chilcote (1997) tratam a esfera da política como a esfera da mediação e superação das contradições do desenvolvimento moderno.

de superação dessa contradição básica entre a esfera econômica (o mercado autoregulável) e a esfera social (a autoproteção da sociedade).

Ao trabalhar o conceito de bloco histórico³⁶ como uma totalidade dialética em cuja superestrutura abarca a sociedade civil e a sociedade política e na sua estrutura baseia as forças materiais de produção (a economia) e as forças sociais de produção (a sociedade), Gramsci, engloba num só conjunto, as três principais esferas do desenvolvimento moderno: a econômica, a social, a política e, ao mesmo tempo, define o intelectual como principal mediador das múltiplas relações do bloco histórico.

Ao englobar a estrutura e a superestrutura dessa forma, Gramsci concebe o bloco histórico como uma totalidade que, além de dialética, é orgânica, uma organicidade viabilizada e realizada pelos "operários da superestrutura", os intelectuais, que, ao mesmo tempo que conectam a estrutura à superestrutura e vice-versa, medeiam as relações estruturais intraclasse e as relações superestruturais interclasse, viabilizando a resolução dos conflitos e a superação das contradições do processo de desenvolvimento. Na concepção gramsciana, tanto a estrutura pode determinar a superestrutura, quanto a superestrutura pode determinar a estrutura. Nesses termos, a economia pode determinar a política, como pode determinar o social, bem como em determinados blocos históricos, pode estar ocorrendo o inverso: o social determinando a política e a economia, ou a política estar determinando a economia e o social.

Assim, não existe um único sentido nas determinações do processo de desenvolvimento contemporâneo. Existem múltiplas determinações. Em alguns momentos históricos ou blocos históricos, uma determinada esfera pode ter a primazia nos determinantes, como ocorre hoje com a economia, mas em outro momento, outra.

No entanto, o próprio Gramsci reconhece ser inerente ao sistema capitalista que a iniciativa da ação seja do econômico³⁸ e que, a partir da ação econômica, ocorra a reação do social. Dessa forma, o movimento do econômico (a ação econômica) e o contramovimento do social (a reação do social) compõem um

 $^{^{36}}$ No interior dessa totalidade, o bloco histórico trabalha elementos como ideologia, hegemonia, direção, classes sociais, dominação, ditadura, estado, o papel dos intelectuais, entre outros.

³⁷ Nesse sentido, Gramsci vai além, superando Hegel que na sua proposição o ideal era que determinava o real e superando Marx propunha que o real determinava o ideal.

³⁸ Gramsci não fica sozinho nessa constatação. Além de Polanyi e Marx, muitos outros o acompanham. Merecem destaque Schumpeter (1985, p. 44) que afirma: "o mundo econômico é relativamente autônomo"; Porter, 1990, 1993 e 1996, que deixa evidente "minha teoria parte das indústrias e competidores até chegar à economia como um todo"; Coutinho e Ferraz, 1994 e Ferraz *et al*, 1995, são unânimes em eleger a empresa como a célula dinâmica e econômica do desenvolvimento recente. Nessa concepção, encontram-se todos aqueles que trabalham com a competitividade como fator único e exclusivo do desenvolvimento atual, que não é o caso de Gramsci e Polanyi.

processo contraditório por natureza, que necessita da mediação³⁹ do político.⁴⁰ **Ao** contrário do que propõe Bobbio e seus parceiros da terceira via.

9 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DO PROGRAMA DE PESQUISA

Parafraseando Schumpeter (1985), o estado de desenvolvimento de um povo não resulta só de determinantes econômico-corporativos, mas resulta de totalidade ampla e complexa de determinantes. Aliás, pode-se inverter o raciocínio e afirmar que o estado de desenvolvimento de um determinado local emerge da sabedoria e da capacidade de articulação dos agentes sociais, econômicos e políticos do desenvolvimento em torno de um projeto socioambiental regionalizado, próprio e específico, portanto, diferenciado e diferenciador dos seus singulares.

Em adicional, a essa articulação interna diferenciada deve ser acrescida a capacidade de articulação autônoma dos interesses socioambientais regionalizados⁴¹ aos interesses econômico-corporativos transnacionalizados, o que deverá propiciar uma inserção diferenciada e alternativa no desenvolvimento global⁴². Trata-se, pois, conforme propõe Goldman (1994), de se pensar e realizar o desenvolvimento local através do "diferencial".

Parte-se do desenvolvimento local, depois verifica-se como se articula com o desenvolvimento regional e, se for o caso, verifica-se como o desenvolvimento regional articula-se com o desenvolvimento global e, por último, verifica-se como o desenvolvimento local articula-se com o desenvolvimento global 43 .

Em outros termos, o primeiro passo da metodologia trata de descrever o desenvolvimento local; o segundo passo, trata de descrever como ocorre a articulação regionalizada, horizontalizada dos interesses socioambientais e a articulação desses, se for o caso, com os interesses econômico-corporativos

³⁹ Essa necessidade de mediação política tem sido destacada insistentemente pelo ex-prefeito Tarso Genro em seus escritos recentes. Ele vai além, seguindo a vertente gramsciana do papel do intelectual na sociedade moderna e afirma que o papel do político em si, e no sentido amplo do que se entende por político, é o de ser mediador.

⁴⁰ Para uma análise mais aprofundada da proposição, consultar: Bobbio (1982), Gadotti (1988), Gruppi (1978), Innocentini (1979), Portelli (1983), Poulantzas (1986.)

 $^{^{41}}$ Ou dos interesses locais articulados diretamente aos interesses econômico-corporativos transnacionalizados.

⁴² Isso não impede que um determinado lugar articule-se diretamente aos interesses econômico-corporativos transnacionalizados sem uma articulação aos interesses socioambientais regionalizados. As ilhas fiscais são exemplo dessa articulação. O normal seria o desenvolvimento local estar articulado, social e ambientalmente, com os locais vizinhos, contíguos e, ao mesmo tempo, estar articulado, econômica e corporativamente, aos interesses econômico-financeiros transnacionalizados.

⁴³ Em muitos casos, essa articulação com o desenvolvimento global pode não acontecer diretamente, mas somente ocorrer de forma indireta, via articulação dos interesses socioambientais regionalizados.

transnacionalizados⁴⁴; o terceiro passo trata de descrever como é realizada a articulação dos interesses locais com os interesses econômico-corporativos transnacionalizados.

Após identificadas as diferentes relações (articulações), setoriais e regionais, descritas nos seus múltiplos componentes, analisadas em seus elementos possibilitadores e limitadores, interpretadas nas suas causas e efeitos diferenciados e diferenciadores, é que se procederá à comparação com outros estudos setoriais e regionais, visando a constatar as diferenças na forma e no conteúdo das articulações setoriais (econômico-corporativas transnacionalizados) e das articulações regionais (sócio-ambientais regionalizadas).

Portanto, no Programa de Pesquisa Cooperativa-Interinstitucional, estudos setoriais e regionais comparados serão identificados e analisados comparativamente às diversidades econômico-corporativas, às diferenças socioambientais e às pluralidades político-institucionais das múltiplas formas e conteúdos de articulações dos agentes do desenvolvimento da região (do lugar).

Não se desconhece ou se nega aqui o constatado na introdução desta proposta de que duas ordens de determinações conformam e moldam o desenvolvimento de um determinado lugar (região): uma, determinação econômica que articula, setorial e verticalmente, o desenvolvimento local-regional à rede econômico-corporativa transnacionalizada de valorização do capital financeiro; outra, determinação-desafio socioambiental que articula, regional e horizontalmente, o desenvolvimento local ao processo de regionalização da valorização da vida.

No entanto, para que algum local seja articulado, há uma condição necessária: que os agentes, os sujeitos desse desenvolvimento local, queiram se articular aos interesses socio-ambientais regionalizados e que também queiram se articular aos interesses econômico-corporativos transnacionalizados⁴⁵. Sem essa decisão dos agentes locais de se articularem, nada feito. Nesse caso, o contrário também é verdadeiro.

Por isso, o ponto de partida, o ponto inicial das articulações, é a base local. Sobre essa e a partir dessa base localizada, acontecem as múltiplas determinações em seus múltiplos sentidos: do setorial para o regional ou vice-versa; do econômico-corporativo transnacionalizado para o socioambiental regionalizado ou vice-versa; do global para o local ou vice-versa; do econômico para o social ou vice-versa, compondo um processo de articulações⁴⁶, configuradas por um conjunto

⁴⁴ Lembrar que existem regiões inteiras nesse mundo que não participam dos mercados globalizados. De qualquer forma, não estar articulado é uma diferença e interessa à linha de pesquisa. Saber o porquê da não-integração ao mercado mundial de um determinado local, ou região, também é objetivo da linha de pesquisa.

 $^{^{45}}$ Cardoso e Falletto (1979) já chamavam a atenção para esse fato, ao revisarem criticamente a teoria da dependência.

 $^{^{46}}$ Compreende um processo de cooperação entre os diversos agentes do desenvolvimento que se desdobram em participação, parceria, consórcio, integração.

de relações setoriais e espaciais, estruturantes de um determinado desenvolvimento local.

Assim, estudos setoriais e regionais comparados trabalharão três dimensões do desenvolvimento contemporâneo: primeira, o movimento econômico, medido por indicadores econômico-corporativos do desenvolvimento setorial; segunda, o contramovimento socioambiental, medido por indicadores socioambientais do desenvolvimento local-regional; terceira, a mediação política, medida por indicadores político-institucionais do desenvolvimento setorial-regional.

No interior de cada um dos movimentos, contraditórios e, ao mesmo tempo, complementares, procurar-se-á identificar e analisar elementos diferenciadores do desenvolvimento dos lugares. Portanto, os estudos serão comparados pelas diferenças e não pelas semelhanças: diferenças na esfera social e ambiental; diversidades na esfera do econômico-corporativo; pluralidade na esfera do político-institucional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, B. K. A Amazônia pós-ECO-92. In: Bursztyn, M. . **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

BECKER, D. F. Competitividade: um novo padrão de produção e consumo mundial. **Estudo & Debate**. Lajeado, v.2, n.2, p. 01-24, 1995.

_____. Competitividade: um novo padrão de desenvolvimento regional. **REDES.** Santa Cruz do Sul, v.1,n.1, p. 9-56, 1996a.

_____. Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento. **REDES.** Santa Cruz do Sul, v.2,n.2, p. 17-74, 1996b.

_____. Sustentabilidade: o (des)caminho da regionalização social. **Estudo & Debate.** Lajeado, v.3/4, n.2/1, p. 07-44, 1997a.

_____. (Org.). **Desenvolvimento Sustetável**: Necessidade e/ou possibilidade. Santa Cruz do Sul, 1997b.

_____. (Org.). **Competitividade:** o (des)caminho da globalização. Lajeado: FATES, 1998.

BECK, U. . A reinvenção da política. In: GIDDENS, A., BECK, U., LASH, S. **Modernização reflexiva.** São Paulo: UNESP, 1997.

BELLUZZO, L. G. M. . Dinheiro e transfigurações da riqueza. **In:** TAVARES, M. C., FIORI, J. L. **Poder e dinheiro.** Petrópolis: Vozes, 1997.

BENKO, G. . Economia, espaço e globalização. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BOBBIO, N. Direita e esquerda. São Paulo: UNESP, 1995.

. O conceito de sociedade civil. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BOISIER, S. Modernidad y territorio. **Cadernos ILPES.** Santiago, Chile: ILPES/CEPAL, 1996.

BRAGA, J. C. S. Financeirização global. In: TAVARES, M. C., FIORI, J. L. **Poder e dinheiro**. Petrópolis: Vozes, 1997

BUARQUE, C. A desordem do progresso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **O** colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **A revolução na esquerda e a invenção do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CARDOSO, F. H., FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CASTRO, I. C., CORRÊA, R. L., GOMES, P. C. C. **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995

CHILCOTE, R. H. Teorias de política comparativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

COUTINHO, L., FERRAZ, J. C. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira.** Campinas: Papirus, 1994.

DEMO, P. Participação é conquista. São Paulo: Cortez, 1996.

DOWBOR, L. A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1998.

FERRAZ, J. C. et al. Made in Brazil. Rio de Janeiro: Campus, 1995

FISCHER, T. (org.) **Gestão contemporânea:** cidades estratégicas e organizações. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GADOTTI, M. Concepção dialética da educação. São Paulo: Cortez, 1988.

GENRO, T. et al. Desafios do governo local. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

e SOUZA, U. **Orçamento Participativo:** a experência de Porto Alegre. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

GOLDMANN, M. Razão e diferença. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

GRAMSCI, A . Quaderni del carcere. Torino: Enaudi, 1975.

GRUPPI, L. O conceito de hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HADDAD, P. R. Regiões, regionalismos e desequilíbrios espaciais de desenvolvimento: Algumas reflexões. **Análise Conjuntural.** Porto Alegre: FEE, v2, n2, p. 255-270, 1993.

HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1993.

IANNI, O. A sociedade global Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1993

INNOCENTINI, M. O conceito de hegemonia em Gramsci. São Paulo: Tecnos, 1979. KUMAR, K. Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LASH, S. Reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva**. São Paulo: UNESP, 1997.

LEITE, M. A. P. Destruição ou desconstrução. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MATTOSO, J. E. L. A desordem do trabalho. São Paulo: Página Aberta, 1995.

POLANYI, K. **A grande transformação:** as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTELLI, H. Gramsci e o bloco histórico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

PORTER, M. Estratégias competitivas. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

·	Vantagem competitiva. R	io de Janeir	o: Camp	ous, 199	3.	
	A vantagem competitiva	das nações.	Rio de .	Janeiro:	Campus,	1990.

POULANTZAS, N. Poder político e classes sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

SANTOS, B. S. Pela mão de Alice. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, M. et al . **Território:** Globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SCHUMPETER, J. **A teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1985.

STROH, P. Y. As ciências sociais na relação interdisciplinar do planejamento para o desenvolvimento sustentável. **In:** CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza.** São Paulo: Cortez; Recife: Joaquim Nabuco, 1995.

TAVARES, M. C., FIORI, J. L. **Desajuste global e modernização conservadora.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

THUROW, L. C. O futuro do capitalismo. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
TOURAINE, A. A crítica da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.
O que é democracia? Petrópolis: Vozes, 1996.
Igualdade e diversidade: o sujeito democrático. São Paulo: EDUSC, 1998.